

Os desafios fiscais do próximo presidente

RIBAMAR OLIVEIRA

O próximo presidente da República começará o seu governo tendo que decidir, ao menos, três questões fundamentais na área fiscal: se vai manter o teto de gastos, se vai alterar a chamada "regra de ouro" e qual será a nova fórmula de reajuste do salário mínimo. As respostas do novo mandatário a essas questões terão forte repercussão política e afetarão significativamente os mercados.

Qualquer que seja o candidato eleito, ele terá que enfrentar a realidade de grande deterioração das contas públicas. Em 2019, a União registrará o sexto ano de déficit primário consecutivo, com a dívida pública crescendo sem parar, em proporção do Produto Interno Bruto (PIB), pois o governo vem emitindo títulos para pagar suas despesas correntes, até mesmo as obrigatórias.

Cumprir o teto de gastos, instituído pela emenda constitucional 95, será uma empreitada difícil já em 2019. As informações que circulam na área técnica mostram que o atual governo só conseguirá elaborar uma

proposta orçamentária para o próximo ano, cumprindo o limite de despesa, com a promessa de medidas restritivas adicionais, que ficarão a cargo, principalmente, do próximo presidente da República. Uma delas é adiar o aumento salarial dos servidores do Executivo previsto para janeiro. Com isso, a economia seria de R\$ 5 bilhões.

O ideal é tratar Previdência, teto e 'regra de ouro' juntos

Outra medida é aprovar até o fim deste ano o projeto que reverte a desoneração da folha de pagamentos de vários setores da economia, que está parado no Congresso. Se o texto original for mantido e aprovado até setembro, o ganho fiscal previsto é de R\$ 16 bilhões (com aumento de receita e redução de despesas) no próximo ano.

Sem as duas medidas, os técnicos oficiais dizem que será necessário cortar ainda mais as chamadas despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina, exceto pessoal), que foram reduzidas

ao nível de 2009. Novo corte nesses gastos poderá comprometer o funcionamento da máquina administrativa.

Em resumo, mesmo que o futuro presidente aprove medidas que reduzam despesas no próximo ano, ele continuará com grande dificuldade para cumprir o teto de gasto em 2020 e nos anos seguintes. Para entender melhor a questão é importante observar que todo o aumento no limite das despesas deste ano será consumido pelo crescimento dos gastos com benefícios previdenciários, do INSS e dos servidores.

O teto aumentou de R\$ 1,309 trilhão em 2017 para R\$ 1,348 trilhão neste ano - ou seja, o limite para o gasto da União subiu R\$ 39 bilhões. A previsão de aumento da despesa com benefícios previdenciários em 2018 supera esse valor. Os gastos com benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), considerando civis e militares, subirão R\$ 49 bilhões, de acordo





com a publicação "Resultado do Tesouro", de março.

Isso ocorre por causa do crescimento vegetativo das despesas previdenciárias, acima de 3,5% ao ano, representado pelo aumento quantitativo dos benefícios a cada ano.

Assim, para que algumas despesas aumentem (como os gastos com educação e saúde), mesmo que apenas para manter o valor real que elas tiveram no ano anterior, outras terão que ser reduzidas. Os investimentos são sempre a vítima preferencial. O problema é que os investimentos da União chegaram ao seu nível mais baixo em décadas. É quase impossível continuar realizando cortes nesses gastos sem afetar fortemente os serviços oferecidos à população.

A dificuldade se agravará em 2020 e nos anos seguintes porque, mesmo que o novo presidente da República consiga aprovar uma proposta de reforma da Previdência razoavelmente consistente, os seus efeitos favoráveis sobre as despesas somente serão obtidos no médio e longo prazo.

Um estudo do Ministério da Fazenda, encaminhado no ano passado à CPI da Previdência do Senado, estimou uma redução de apenas R\$ 1,7 bilhão nos gastos previdenciários (RGPS e RPPS) no primeiro ano de vigência da reforma

(da proposta original do governo que foi amenizada pelo Congresso). Isto ocorreria por causa das regras de transição. No segundo ano, a redução seria de R\$ 13,3 bilhões e de R\$ 31,5 bilhões no terceiro ano. Isso significa que as despesas com benefícios previdenciários continuarão crescendo muito nos primeiros anos.

A pergunta que a equipe econômica do próximo presidente fará, então, é como cumprir o teto de gastos a partir de 2020? O pior caminho será acabar com o teto antes que os problemas fiscais atuais estejam devidamente equacionados. Se isto ocorrer, os mercados certamente entrarão em uma trajetória conturbada, com grave repercussão para a recuperação da economia do país.

Nesse contexto, a aprovação de uma consistente reforma da Previdência dará autoridade ao futuro presidente para propor uma solução para o teto de gasto que seja exequível. Uma ideia talvez seja ajustar o aumento da despesa ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), como alguns chegaram a propor na época em que se discutiu a PEC do teto. Dar este passo antes da aprovação da reforma da Previdência, no entanto, poderá resultar em um desastre.

A questão da chamada "regra de ouro" parece mais fácil de resolver, pois bastará corrigir um erro

cometido pelo atual governo. Quando propôs o teto para o gasto, por meio de emenda constitucional, o presidente Michel Temer deveria ter proposto mudança também da "regra de ouro". Bastaria dizer que ela seria suspensa enquanto durasse o novo regime fiscal.

Com os continuados déficits primários registrados pela União, é impossível cumprir a determinação da Constituição que manda só aumentar a dívida para pagar investimentos, pois o que está crescendo são justamente as despesas correntes obrigatórias. O ideal seria tratar estes três assuntos (teto de gastos, regra de ouro e reforma da Previdência) ao mesmo tempo.

A definição da nova regra para o salário mínimo não tem apenas a componente política. Há um aspecto fiscal relevante. Aumentos reais concedidos ao piso salarial aumentam as despesas previdenciárias e assistenciais, justamente as que se pretende reduzir. O ideal seria o próximo presidente propor uma desvinculação dos benefícios previdenciários do mínimo. Mas esta é uma batalha de grandes proporções.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Temer sinaliza uso da Caixa para elevar crédito

Por Fabio Graner e Andréa Jubé
| De Brasília

No retorno do feriado do Dia do Trabalhador e em meio a um noticiário econômico mais negativo, o presidente Michel Temer reuniu seus ministros da área econômica. Entre os temas discutidos com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, do Planejamento, Esteves Colnago, e o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, estava a Caixa Econômica Federal. A reunião ocorreu dois dias depois de Temer ter se encontrado com o presidente da Caixa, Nelson de Souza, que ontem participou de reunião do Conselho do banco e não esteve no encontro com Temer.

Diante de um quadro de crédito com fraca expansão, um desemprego alto (mesmo considerando-se o peso dos fatores sazonais neste início de ano) e uma atividade econômica abaixo do esperado, o governo dá sinais de tentar se movimentar para melhorar a situação de curto prazo. E os sinais são de que a Caixa pode ser um veículo para isso.

Nas últimas semanas, o banco federal já fez diversos movimentos mais expansionistas. Foram reduzidas as taxas de linhas de capital

de giro para empresas, diminuídas as taxas do crédito imobiliário e, mais recentemente, foi anunciada liberação de recursos da instituição para Estados e Municípios.

Agora, o governo admite publicamente que o banco é tema de discussões com o presidente da República e a equipe econômica, embora ninguém tenha oficialmente detalhado os termos da reunião.

Nos bastidores sabe-se que questões como uma capitalização adicional por meio do FGTS, que foi barrada no fim do ano passado pela então secretária do Tesouro Nacional e presidente do Conselho de Administração do banco, Ana Paula Vescovi, voltaram a ser tratadas no governo, embora uma fonte tenha assegurado que a ideia novamente não irá prosperar.

Como a questão mais urgente de equacionar os níveis prudenciais de capital teve avanços desde o fim do ano passado, a volta do debate sobre injeção de capital adicional por meio do FGTS serviria apenas para permitir uma postura mais agressiva do banco no crédito do que por conta de questões regulatórias.

Fontes reconhecem que o governo tem buscado alguma solução para que o banco federal

tenha condições de emprestar mais para investimento. Como o setor de construção civil impacta esse indicador e é grande gerador de empregos, um dos temas que está em evidência diante dos dados fracos mostrados mais recentemente, a Caixa, especialista em crédito imobiliário, em tese poderia ajudar.

Mesmo com o discurso oficial do Ministério da Fazenda de que o caminho é estabelecer as bases de crescimento de forma sustentável, evitando-se medidas de fôlego curto, os últimos movimentos realizados pelo banco, essas reuniões recentes e outras iniciativas, como a ampliação das hipóteses de saque do PIS/Pasep, apontam que o governo, que em pleno ano eleitoral registra ainda elevada impopularidade, pode estar cedendo.

A reunião entre os ministros e Temer também tratou da estratégia para aprovação do projeto de crédito extraordinário para liberar o pagamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), por conta do calote da Venezuela.

Embora o FGE tenha recursos sobrando, como o governo não previu no Orçamento essa despesa, é preciso a aprovação do crédito extraordinário para que ela possa ser executada.

Descaso

Carlos Alberto Sardenberg

O prédio que desabou em São Paulo na última terça-feira pertencia ao governo federal, era tombado e estava cedido para uso da prefeitura paulistana. Trata-se, portanto, de um duplo descaso com o bem público e, sobretudo, com as pessoas. Não é de estranhar. O Ministério do Planejamento acha que a União tem 655 mil imóveis. Isso mesmo, acha, porque apenas 155 mil estão devidamente cadastrados. Quanto aos demais 500 mil, tem de tudo, desde título de propriedade com problemas até terrenos e edifícios abandonados. Mas o prédio que desabou estava na lista dos cadastrados.

O governo sabia perfeitamente sua história e suas condições. Ali já funcionaram agências do INSS e da Polícia Federal. Depois, ficou abandonado e foi ocupado (e desocupado) por movimentos. Em 2015, o governo tentou vender por R\$ 25 milhões. Não apareceu comprador. Não por causa do preço, parece, mas pelos potenciais problemas com ocupantes e ex-ocupantes. Aí o prédio continuou largado até que no ano passado, o governo federal cedeu formalmente para a prefeitura de São Paulo ali instalar uma de suas secretarias.

Desde então, com a rapidez habitual, a administração municipal negociava com moradores. Em resumo, trata-se de um bem público que valia em torno de R\$ 25 milhões, sem considerar o valor histórico, e estava simplesmente largado. Dá para

imaginar o que acontece com os demais imóveis dos governos federal, estadual e municipal pelo país afora. A Eletrobras, por exemplo, tem 800 imóveis que não utiliza. O Ministério do Planejamento começou a preparar a venda e encontrou, entre outras coisas, um cemitério e um açougue.

Melhor que abandonado, não é mesmo? Poderiam dizer que o prédio que desabou tinha uma função social, pois servia de residência para famílias pobres. Mas reparem: só conseguia vaga na ocupação quem pagasse aluguel mensal de R\$ 400 para dois supostos coordenadores do Movimento de Luta Social por Moradia. Aqui entra um outro fator, causador de tragédias: a irresponsabilidade desses movimentos e seus militantes.

E os moradores, não seriam também irresponsáveis, já que habitam um prédio obviamente de alto risco? Sim, seriam, mas há uma atenuante: o desespero de buscar onde morar, que os leva até a aceitar os achaques dos coordenadores. Estes não têm desculpa. Por razões políticas, expõem pessoas a riscos fatais. De todo modo, é dominante a responsabilidade do setor público. Bombeiros, por exemplo, disseram que já haviam alertado órgãos municipais sobre o risco apresentado pelo edifício. A prefeitura se defende dizendo que negociava com os moradores e que não podia pedir reintegração, porque não era a dona do prédio.

E a União podia? O fato é que há mais de cem prédios em São Paulo na mesma condição: ocupados em condições precárias. Há problemas jurídicos, políticos e sociais. A desocupação de prédios públicos ou privados só pode ser feita mediante autorização judicial. Justiça lenta, problema prolongado. Mesmo quando os bombeiros avisam que a situação é precária, a retirada das pessoas não é imediata. E os governantes não gostam de desocupações, sempre um fato de repercussão negativa. Resultado: vai levando, deixando correr, até que ocorre uma tragédia. Seguem-se as habituais promessas de ação.

Já seria um avanço se os governos cuidassem de seus imóveis, que são patrimônio do contribuinte. O Ministério do Planejamento pretende levantar nada menos que R\$ 9,3 bilhões vendendo apenas participações minoritárias na União em 276 mil imóveis espalhados pelo país. No estoque, terrenos e casas em condomínios de alto padrão, como o de Alphaville, em São Paulo. Não é a primeira vez que se planeja essa megavenda. Todo governo novo diz isso. Parece que os novos gestores se sentam na cadeira, dão uma olhada nos números e se espantam: Caramba, tudo isso de imóveis? Dá uma grana! E sempre, até aqui, pelo menos, a venda para diante de obstáculos burocráticos e interesses diversos. E assim vai. A Rede Ferroviária Federal, extinta, ainda tem quatro mil imóveis.

Carlos Alberto Sardenberg é jornalista

Fundo será usado para cumprir 'regra de ouro'

TCU deu aval ao governo para usar recursos de fundo de fiscalização das telecomunicações para cobrir rombo no Orçamento deste ano

Breno Pires / BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval para que o governo federal utilize recursos de um fundo criado para financiar a fiscalização do setor de telecomunicação (Fistel) para cumprir a chamada "regra de ouro" do Orçamento. Essa norma constitucional impede a emissão de dívida para pagar despesas correntes, como salários e alugueis. Por isso, a área econômica busca novos recursos.

O governo federal já informou que o saldo do Fistel que pretende utilizar é de R\$ 10,5 bilhões. Essa medida é um dos caminhos para garantir o cumprimento da regra de ouro, cujo rombo previsto para este ano chega a R\$ 203,4 bilhões. Parte desse buraco será coberto com a segunda parcela de devolução de recursos pelo BNDES, no valor de R\$ 100 bilhões, mas outras alternativas serão essenciais para fazer frente ao tamanho da insuficiência que existe para este ano.

Na semana passada, o ministro

do Planejamento, Esteves Colnago, disse que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não perderá recursos com a operação. O objetivo do Fistel é custear despesas do governo federal na fiscalização das telecomunicações. Consultas. Além do Fistel, o Ministério do Planejamento tem outras consultas ao TCU pendentes de análise. Uma delas é sobre a desvinculação de royalties de petróleo – medida que poderia liberar R\$ 27 bilhões.

Mas a questão é complexa. A unidade técnica analisa se esses recursos teriam uma destinação fixada na Constituição, não sendo possível utilizá-la livremente. Nessa hipótese, para que o governo pudesse lançar mão desses recursos para cumprir a regra de ouro, poderia ser necessário aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Com a intervenção federal no Rio de Janeiro, porém, nenhuma PEC pode tramitar no Congresso. Mas, de acordo com os técnicos, mesmo se ficar comprovada a vinculação constitucional, o governo ainda tem uma última saída: pedir ao Congresso um crédito suplementar – única exceção prevista na Constituição para permitir emissão de dívida para pagar despesas correntes.